

CORREIO NACIONAL



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Sessão do comitê para definir regras foi suspensa

Brasil expressa preocupação com debate sobre plásticos

O governo brasileiro lamentou neste domingo (17) a nova suspensão da quinta sessão do Comitê Intergovernamental de Negociação responsável por elaborar um instrumento internacional para combater a poluição por plásticos, inclusive no ambiente marinho. A suspensão ocorreu durante a reunião do comitê, realizada este mês, em Genebra, na Suíça.

De acordo com nota divulgada pelo Itamaraty, "a delegação brasileira participou de forma ativa

e construtiva das negociações em Genebra, defendendo posições equilibradas que buscavam conciliar diferentes visões sobre como enfrentar a poluição plástica, em um contexto de polarização entre países".

O Brasil apresentou propostas em áreas estratégicas como financiamento, saúde, cooperação internacional e transição justa, destacando a importância do apoio adequado dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento.

30 milhões fizeram a Prova de Vida

O governo federal calcula que, em 2025, mais de 30,5 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) validaram a prova de vida, procedimento anual que garante a continuidade dos repasses previdenciários.

O número corresponde a 90% dos que preci-

sam fazer o procedimento de comprovação de vida para garantir a continuidade dos benefícios.

"Trata-se de um procedimento importante para evitar fraudes e pagamentos indevidos e, por isso, ocorre periodicamente", justifica a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Inscrições para o vestibular

As inscrições para a prova da Fuvest, porta de entrada para a Universidade de São Paulo (USP), começaram nesta segunda-feira (18). Uma novidade da edição deste ano é a indicação do local de preferência para a prova.

De 13 a 17 de outubro, os candidatos da primeira fase podem indicar a es-

cola que desejam fazer o vestibular na área do candidato no site da Fuvest. A escolha será somente nas cidades ou regiões da capital em que há duas ou mais escolas aplicadoras para a área de atuação desejada pelo candidato. A taxa de inscrição é R\$ 211 e R\$ 105,50 caso tenha direito à redução de taxa.

Auxílio Gás em agosto

Na segunda, mais de 5,13 milhões de famílias de todos os municípios do país começam a receber o Auxílio Gás, no valor de R\$ 108. Em agosto, o investimento do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é de cerca de R\$ 554,37 milhões. O Auxílio Gás

é pago bimestralmente e segue o calendário de pagamento do Bolsa Família, começando pelos beneficiários que têm o Número de Identificação Social com o dígito final 1. O cronograma segue até 29 de agosto, data em que os beneficiários com NIS final zero recebem o recurso.

Quase 20 milhões de famílias

Em agosto, mais de 19,19 milhões de lares serão contemplados pelo Programa Bolsa Família. O benefício médio ficou em R\$ 671,54 neste mês e as transferências começaram na segunda e seguem até o dia 29. Com investimento de cerca de R\$ 12,86 bilhões do Gover-

no Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o programa chega a 50 milhões de pessoas. Os repasses são feitos de modo escalonado, conforme o último dígito do Número de Identificação Social, sempre em dias úteis.

Combate ao trabalho escravo

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu nesta segunda-feira (18/8), em Brasília, o Relator Especial das Nações Unidas sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, Tomoya Obokata.

A visita integrou a agenda oficial do relator no Brasil, voltada a co-

nhecer políticas públicas, boas práticas e desafios no enfrentamento do trabalho análogo a escravidão.

Durante a reunião, Luiz Marinho destacou os avanços do Governo Federal na retomada e fortalecimento das políticas de proteção ao trabalhador.

7% de ações sobre grilagem na Amazônia têm condenação

Um terço dos processos prescreveu, aponta estudo da Imazon

Antônio Cruz/Agência Brasil



A maior parte das ações é do Pará (60%), seguido por Amazonas (15%) e Tocantins (8%)

Um levantamento feito pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) aponta que apenas 7% das decisões judiciais, entre 2004 e 2020, em processos sobre grilagem de terras na Amazônia Legal resultaram em punições para os responsáveis.

As pesquisadoras Brenda Brito e Lorena Esteves analisaram 78 processos, selecionados a partir de dados de organizações da sociedade civil que atuam na região e das procuradorias do Ministério Público Federal nos estados.

A maior parte das ações é do Pará (60%), seguido por Amazonas (15%) e Tocantins (8%). Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Acre tiveram menos de 5% dos processos analisados.

Nestes processos, foram identificadas 526 decisões judiciais envolvendo 193 réus, alguns dos quais responderam por mais de um crime.

Os crimes mais citados foram invasão de terra pública (25% das decisões), falsidade ideológica (15%), estelionato (12%), desmatamento de floresta pública (5%) e associação criminosa (4,5%). Há ainda citação de 14 tipos de crimes ambientais e 22 previstos no Código Penal e outras legislações.

De acordo com Lorena Esteves, as principais justificativas

para a absolvição são falta de provas, boa-fé dos réus e o princípio do in dubio pro reo (que beneficia o acusado em caso de dúvida sobre materialidade ou autoria do crime). Em 35% das decisões, houve absolvição.

"Os casos de absolvição são relacionados muitas vezes com a falta de provas, até mesmo de entendimentos confusos dos juízes, como é o exemplo daqueles em que a acusação era de estelionato. Neles, as decisões entendiam que os réus não tinham vantagem econômica, porque era uma posse precária e quem ficaria com benefícios

na área seria o dono, que é o Estado, mas não levava em consideração o desmatamento ou o tempo que a pessoa estava ocupando aquela área de forma irregular", disse a pesquisadora à Agência Brasil.

Em 6% das decisões judiciais, os réus conseguiram benefícios da lei para não serem condenados, após cumprir algumas condicionantes, como proibição de se ausentar da comarca, comparecer em juízo e o pagamento de valores a instituições de caridade ou fundos públicos.

O MPF pediu a reparação de danos em 16% das ações,

mas os juízes negaram os pedidos em quase todos os casos.

"Nas poucas decisões justificadas, constavam a ausência de elementos suficientes para determinar o dano causado pelo réu e o fato de o pedido não constar na petição inicial", aponta o relatório.

Segundo as pesquisadoras, o tempo médio para o julgamento das ações foi de seis anos, e quase metade (48%) demorou mais de cinco anos. Em outros 35% dos processos, as decisões demoraram entre seis e nove anos para saírem. Em 17%, a decisão foi proferida entre 13 e 18 anos.

Bruno Peres/Agência Brasil



Prefixo é usado para identificar chamadas de telemarketing

Anatel justifica fim da obrigatoriedade do 0303

Dias após revogar a obrigatoriedade das empresas ou entidades que fazem grande volume de chamadas telefônicas de identificar suas ligações com o uso do prefixo 0303, a Anatel justificou a medida alegando que, hoje, há meios mais eficazes de combate às chamadas inoportunas ou abusivas.

"O fato é que, com base nos dados decorrentes de monitoramento da rede e acompanhamento técnico da questão, a agência entendeu que é mais efetivo focar seus esforços na obrigação de utilizar o mecanismo de autenticação de chamadas como forma de reduzir o incômodo sofrido pelos consumidores", informou a agência reguladora em nota enviada à Agência Brasil.

A flexibilização da norma, tornada opcional, foi aprovada no último dia 7, durante reunião do Conselho Diretor da agência, em resposta a recursos e petições de entidades e empresas dos setores de telecomunicações e telemarketing, além de entidades como a Legião da Boa Vontade (LBV)

e a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes).

Na mesma ocasião, os conselheiros aprovaram a antecipação do prazo de adesão dos grandes originadores de chamadas telefônicas ao sistema de autenticação das ligações, um dos processos do serviço de Origem Verificada. Com isso, empresas que fazem mais de 500 mil chamadas mensais terão 90 dias para se adequar à medida.

"As novas medidas aprovadas pelo conselho diretor reforçam o compromisso da agência, trazendo atualizações especialmente relacionadas à obrigatoriedade de implementação do processo de autenticação para os grandes chamadores e ao incentivo à identificação do chamador para o consumidor", acrescentou, na nota, a assessoria da Anatel. No texto, a agência destaca as vantagens do protocolo de autenticação e identificação das chamadas nas redes de telefonia em comparação ao até então obrigatório prefixo 0303, o chamado Código

Não Geográfico (CNG).

De acordo com a Anatel, o protocolo de autenticação de chamadas, também conhecido como Stir/Shaken, é tecnologia que funciona em conjunto com um sistema de identificação, que também permite a quem recebe um telefonema identificar o autor da chamada, já que, em princípio, permite a exibição não só do número devidamente registrado pelo autor da ligação, como também o nome da empresa que o registrou e até mesmo a sua logomarca, acompanhada por selo que atesta a veracidade das informações.

"A adoção do mecanismo de autenticação dificultará a utilização de spoofing (mascaramento de número), pelo bloqueio das chamadas identificadas como tal, garantindo que o chamador é realmente o detentor do número que aparece na tela do celular e, na forma imposta pela agência, abrangerá 50% das chamadas cursadas na rede e não apenas 10%, como era o caso do 0303", sustentou a agência.

Quilombolas celebram memória de Mãe Bernadete

"Mesmo diante de tanta dor, o legado continua". A frase que une aqueles que tiveram as vidas impactadas pela liderança quilombola Maria Bernadete Pacífico, mais conhecida como Mãe Bernadete Pacífico, marcou as homenagens feitas a ela neste domingo (17). Há exatos dois anos, Mãe Bernadete foi assassinada em sua casa, sede da associação quilombola, na comunidade de Pitanga dos Palmares, no município de Simões Filho (BA).

Neste 17 de agosto de 2025, a comunidade uniu-se em tributo e pediu justiça. O café quilombola foi seguido de celebrações religiosas. Primeiro, uma missa e, depois a Roda de Oxumaré, que era o Orixá de Mãe Bernadete.

"Não é fácil. Eu só quero dizer que não é fácil estar nesse lugar, não é fácil não conseguir dormir todos os dias", diz o filho de Mãe Bernadete, Jurandir Wellington Pacífico.

Mãe Bernadete foi executada a tiros em agosto de 2023. Ela atuava como coordenadora nacional de articulação de quilombos e líder do quilombo Pitanga dos Palmares. Liderança na comunidade, tinha denunciado a atuação de madeiros e traficantes de drogas em áreas de proteção ambiental.

Antes da mãe, Jurandir perdeu o irmão. Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, conhecido como Binho do Quilombo, foi assassinado a tiros dentro do carro, perto de casa, também em Pitanga dos Palmares. Mãe Bernadete lutou por anos por uma resposta para o assassinato do filho.

"Eu fiz um juramento. Minha mãe morta com 25 tiros. Vou largar tudo que tenho, toda minha vida acadêmica, para continuar seu legado", reforçou Jurandir, diante da comunidade, em discurso.